

VIDA DE PESQUISADORA: O CAMPO DE PESQUISA COMO PONTO DE PARTIDA PARA UMA INVESTIGAÇÃO ETNOGRÁFICA NO URBANO

RESEARCHER'S LIFE: THE INQUIRY FIELD AS STARTING POINT TO AN ETHNOGRAPHIC URBAN INVESTIGATION

Antonia Ieda de Souza Prado¹

Milena Marcintha Alves Braz²

Resumo: Tematizando a relação entre o pesquisador e o campo de pesquisa numa perspectiva qualitativa que envolve a objetividade científica e a necessária empatia para a abordagem etnográfica, este artigo exprime um percurso metodológico que tomou como ponto de partida um contexto de mobilidade urbana e pobreza num bairro da periferia da cidade de Fortaleza-Ceará-Brasil. Para realização da investigação, foram realizadas muitas observações *in loco* que resultaram em registros visuais por meio de fotografias, registro das falas dos moradores com suporte em conversas informais, histórias de vida, entrevistas; e, ainda, descrição do lugar e das relações por meio de diários de campo. O texto narra as dificuldades, impasses e aprendizados que os pesquisadores enfrentam para a compreensão dos fatos sociais.

Palavras-chave: Etnografia; Mobilidade urbana; Pobreza.

Abstract: Thematizing the relation between the researcher and the inquiry field in a qualitative perspective that wraps the scientific objectivity and the necessary empathy for the ethnographic approach. This article expresses the methodological course that took as starting point the inquiry field in a context of urban mobility and poverty at a peripheral district at the city of Fortaleza-Ceara-Brazil. For the fulfillment of the investigation, many observations 'in loco' were carried out, resulting in visual registers through photos, register of the words of residents with support in informal conversations, life stories, interviews and the description of the location and the relations through field diaries. The text narrates the difficulties, impasses and learnings that the investigators face for the understanding of the social facts.

Keywords: Ethnography; Urban mobility; Poverty.

1 Introdução

Neste estudo³, estão postos os caminhos percorridos por nós durante uma pesquisa de campo sobre a mobilidade urbana em Fortaleza-Ceará-Brasil. Todo esse percurso teve uma característica fundamental que norteou, indicou e impôs os meios a serem utilizados na pesquisa: o campo de pesquisa; ou seja, atribuímos plenos poderes para o *campo* que

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora no Centro de Educação – Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: iedaprado@hotmail.com

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora no Departamento de Economia Doméstica – Universidade Federal do Ceará (UFC) e Curso de Direito da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: milena.braz@hotmail.com

³ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 5º. Congresso Ibero-Americano de Pesquisa qualitativa. (PRADO; BRAZ, 2016).

nos direcionou ao lugar pesquisado, o momento e os informantes – dos movimentos sociais, dos poderes públicos e daqueles residentes na rua Tropical. Na medida em que caminhávamos pelas ruas do bairro, os contornos da pesquisa e o objeto de estudo se definiam.

As pesquisas no bairro iniciaram no ano 2000, mas só tomaram o corpo de um estudo sobre a remoção das famílias com a definição do local e pessoas a serem pesquisadas em 2002, quando descobrimos o primeiro grupo de famílias que seriam removidas da beira da praia do Pirambu quando chegamos à rua Tropical⁴ em 2001. Desde então, não saímos mais da rua Tropical, até quando a rua “saiu” também.

O estudo com os moradores da rua Tropical apresentou o processo de remoção das famílias, situação recorrente nas grandes cidades e que, geralmente, passa despercebida pela maioria da população. Assim, aparentemente restrito, o estudo da rua revelou a situação em que vivem os habitantes de muitas ruas cujas populações são vulneráveis quanto à moradia. A incursão no campo para a coleta de dados ocorreu nos meses de julho a outubro de 2002, período que antecedeu a remoção total das famílias, as quais vivenciaram situações de angústias, medos, resistências, solidariedades, negociações dos valores das indenizações e espera da conclusão das casas do Conjunto Habitacional. O período foi de tensão, pois alguns moradores não queriam sair da rua, mas também não pretendiam permanecer no local numa condição de vulnerabilidade.

A investigação acompanhou a trajetória de uma rua que parece pequena, mas, ao ser observada nos seus detalhes, revela a história de muitas ruas em diversas cidades que têm populações passíveis de processos de intervenção urbana. O diferencial desta pesquisa residiu na possibilidade de descrever e analisar um momento de mudança de paisagem e deslocamento de população. Essa mudança é um movimento contínuo nas cidades, onde surpreende a velocidade das mudanças visuais de lugares que desaparecem e outros que surgem como num passe de mágica e comumente não se questiona sobre as pessoas que vivenciam a intervenção.

Ante o exposto, o objetivo deste artigo é apresentar o percurso metodológico de uma investigação qualitativa que tomou como ponto de partida o campo de pesquisa num

⁴ A rua Tropical existiu na Costa Oeste de Fortaleza e seus moradores foram transferidos para um conjunto habitacional próximo ao lugar onde moravam, para construção de uma avenida. Mesmo sendo um local *invadido*, onde os moradores não possuem as escrituras dos imóveis, doze anos se passaram e as pessoas criaram raízes no lugar. O nome Tropical está associado à paisagem do local à beira da praia na Costa Oeste da Capital do Ceará. Morar próximo ao mar é sinônimo de *status* e a área é objeto de grande especulação imobiliária.

contexto de mobilidade urbana e pobreza. O estudo buscou compreender e analisar: como os moradores das *áreas de risco*, nas periferias, vivenciam uma situação de mudança? Quais as suas visões acerca da transformação do espaço urbano nas cidades? Quais as percepções que eles têm sobre o espaço, os direitos sociais e o lugar de moradia?

Para analisar percepções acerca de eventos sociais é necessário uma aproximação do campo de pesquisa para observação, registro e análise da realidade. Para tanto, foi escolhido o método etnográfico, que pressupõe a atuação do pesquisador no campo. Coadunadas com esse método, as etapas da pesquisa e a escolha de narradores, foram delineadas com base na nossa atuação no campo, ou seja, a experiência empírica influenciou na escolha do lugar pesquisado, o momento e os informantes – dos movimentos sociais, dos poderes públicos e residentes na rua Tropical.

A investigação, no entanto, não se realiza sem um direcionamento do pesquisador, que vai ao campo em busca de algo, e tem uma temática de fundo: nesse caso, a mobilidade urbana num contexto de pobreza⁵. Assim, não se deve confundir o olhar aberto para perceber as pistas do campo com a falta de um direcionamento. Os rumos da pesquisa são definidos por um “investigador munido de um conjunto de problemas que deseja submeter ao escrutínio da razão” (DA MATTA, 1984, p. 160).

2 Metodologia

Nos meses de agosto e setembro, estivemos em mais de 50% (cinquenta por cento) das tardes com os moradores da rua Tropical. Numericamente exemplificando, dos 43 dias úteis nesses meses, comparecemos ali em 25 tardes, além de três sábados, dois desses para gravar entrevistas com moradores antigos que passavam a semana trabalhando e o outro para uma entrevista marcada com a líder comunitária próximo à rua. A cada dia surgiam situações relevantes e carentes de um acompanhamento mais de perto.

Foram gravadas sete fitas⁶ de conversas com moradores, mediadores sociais, representantes do Governo e com um Procurador da República, além de anotações em diário de campo. Ao todo foram redigidos 36 diários de campo das observações nesse

⁵ O Pirambu é um bairro da Costa Oeste da cidade de Fortaleza-Ceará-Brasil conhecido como *Grande Pirambu* por congregar os bairros - Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará - representado pela extensão de terra entre o mar e a avenida Presidente Castelo Branco (Leste Oeste). Em toda a faixa litorânea que vai desde o antigo kartódromo até a Barra do Ceará, está sendo construída a via paisagística.

⁶ As gravações em fita cassete foram de entrevistas com representantes de órgãos oficiais e moradores antigos e a história de vida de uma das primeiras moradoras da rua.

local e mais quatro oriundos de encontros com representantes do Governo. Para preservar a identidade dos informantes foram utilizados nomes fictícios, principalmente porque alguns moradores temiam essa divulgação.

É relevante informar, ainda, que foi adotada na investigação uma abordagem simultaneamente sociológica e antropológica, à medida que a pesquisa buscou compreender um fato social no seu sentido amplo (das relações econômicas, históricas e sociais na cidade e da população de um bairro), mas com uma atitude de interação direta no campo para perceber a influência das transformações nas vidas das pessoas.

Como registro do universo simbólico dos moradores afetados com a mudança, foram retomadas as categorias nativas sugeridas por Geertz (2000), o qual lembra que as categorias nativas não podem ser vistas como reducionismo da noção do senso comum, mas como ponte para decifrar seus códigos de linguagem e perceber os sentidos atribuídos às palavras que não se misturam por uma confusão topológica, mas denotam sentidos importantes para o entendimento das relações sociais. Sendo assim, as categorias nativas são tão importantes quanto as teóricas.

Nossa atitude no campo de pesquisa se aproximou da Antropologia, por mantermos registros em diários de campo, buscarmos continuamente a proximidade com os informantes, inclusive tomando café nas cozinhas das residências. Essa aproximação proporcionou descrever densamente (GEERTZ, 1989) suas práticas cotidianas. Houve tardes em que nos sentamos à entrada da rua e anotamos o que observamos, desde o balançar dos coqueiros com os fortes ventos de setembro, até a maneira como as mães se relacionavam com seus filhos. Prevaleceu, assim, um movimento etnográfico no *fazer* da pesquisa.

3 Nas trilhas da pesquisa de campo

A trajetória no campo enfrentou algumas dificuldades, desde encontrar as famílias a serem pesquisadas até a explicitação dos recursos metodológicos da literatura sociológica e antropológica como instrumental científica básica para a elaboração de um trabalho moldado na ciência.

Nas trilhas desse percurso, é possível perceber a tessitura dos recursos sugeridos pelos metodólogos com a intenção de adequar às situações que o campo impõe ao pesquisador, que tem sua subjetividade permeada por paixões que devem ser controladas, como sugere Max Weber (1970), mas que afloram em momentos vários da pesquisa.

Procuramos, então, apesar da consciência dessas emoções, manter a objetividade, mas houve momentos de riso, medo, seriedade e até choro, ao ouvimos as histórias dos moradores. A narrativa de uma moradora contando sua história para construir um pequeno cômodo e abrigar a família foi acompanhada com lágrimas. Enfim, a pesquisa de campo é uma etapa na vida do pesquisador em que se participa da história das pessoas e nela pulsa vida.

No dia a dia da pesquisa, presenciamos situações tensas⁷ e foram compartilhados sentimentos com os moradores ao escutar suas falas, histórias de sofrimento. São descrições que emocionam e fazem o pesquisador partilhar alegrias e tristezas junto ao narrador. Sobre a posição do pesquisador e as dificuldades da pesquisa de campo, Geertz (2001) assinala:

Talvez seja preciso olhar um pouco mais fundo para as dificuldades inerentes à manutenção de uma ética científica não apenas na escrivania ou no estrato de conferências, mas no coração mesmo das situações sociais cotidianas, e para a dificuldade de ser ao mesmo um ator envolvido na situação e um observador imparcial (p. 45).

A pesquisa qualitativa pressupõe a interação do sujeito com o objeto, e a pesquisa etnográfica vai além da proximidade entre as partes, exigindo tempo de convivência e o estabelecimento de uma relação de confiança para apreensão dos fatos sociais. É uma relação de subjetividade submetida ao escrutínio da razão pelo pesquisador, o qual busca a objetividade do conhecimento, mas compreende os fatos sociais numa perspectiva em que se misturam vidas e pessoas.

3.1 Os desvios das “pedras” no caminho e a trajetória da investigação

Principalmente nas primeiras visitas, foi difícil o acesso às famílias do Pirambu. Acreditávamos que os representantes dos movimentos sociais seriam a melhor opção para uma aproximação com o grupo investigado. Assim, procuramos um mediador que possibilitasse nosso acesso aos moradores do bairro para a realização da pesquisa. Encontramos líderes comunitários que se mostraram receptivos à investigação, ao mesmo tempo em que levantaram muitos questionamentos sobre a quantidade de pesquisadores e pesquisas realizadas no bairro, *sem utilidade* para a população local. De maneira sutil e indireta, desferiram várias críticas: *o Pirambu serve de trampolim para muita tese e as*

⁷ Estivemos ao lado de moradores em momentos de críticos, como o choro de pessoas indignadas pela baixa avaliação dos seus imóveis; ouvimos as reclamações dos incômodos que os tratores causavam no local e a tristeza da dor da perda de um lugar.

*peessoas não voltam mais aqui, depois de ficarem famosas, com seus livros à custa da pobreza do povo*⁸. Esse foi apenas um relato de muitos semelhantes.

Na verdade, o bairro Pirambu foi objeto de muitos trabalhos científicos nas Ciências Sociais e áreas afins. É um bairro que tem uma história de lutas sociais, conhecido pela fama de violência⁹ e acentuada pobreza da população. O bairro marca páginas importantes dos movimentos sociais na Cidade pelas lutas para permanência da população na área litorânea da Capital, inclusive com a realização de uma grande marcha pelo direito à permanência nas margens do mar. O tema foi estudado por muitos pesquisadores, inclusive no bairro existe um Centro de Pesquisa e Documentação do Pirambu (CPDOC), que armazena diversos trabalhos sobre sua história.

Sobre a permanência no campo de pesquisa, foi um período de muitas escutas atentas aos *comentários* dos narradores. Durante várias tardes, ouvimos a fala de uma líder comunitária que, antes de nos acompanhar até os moradores, narrou toda sua história de lutas no Pirambu. Ela enfatizava a importância das lideranças comunitárias que permanecem sempre no bairro e o descrédito em relação aos pesquisadores que só exploram os moradores. Na sua fala, contrapunha o líder comunitário - pobre, mas que tem coração e luta pelo povo e os acadêmicos: *esse pessoal que tem dinheiro, vem aqui, olha, escreve, publica livros, mas vai embora sem fazer nada*.

Na fala da narradora, estava explícita a tentativa de nos dissuadir a continuar a pesquisa, como se fosse um *teste ou um treinamento* pelo qual tivéssemos que passar para investigar o bairro. Ela preparou um roteiro até às famílias que mais parecia um *rito de iniciação*, pois contou uma situação semelhante a que fora submetido um cineasta dos Estados Unidos que pretendia filmar o bairro: *levei eles pra Barra do Ceará e deixei eles lá o dia todo, vivendo com eles e como eles, no meio do tiroteio, num lugar apertado, com muita pobreza, com o sol quente, o calor grande e o fedor do local e do suor das pessoas*.

Após o pujante discurso da líder comunitária, ela decidiu nos levar a uma comunidade chamada *Areia Grossa*, situada numa área de risco¹⁰, na *beira da praia*. No

⁸ Relato de um mediador social de uma organização não governamental (ONG) atuante no local.

⁹ A fama de violência do bairro é conhecida em todo o Estado, sendo confirmada frequentemente nos programas policiais e nas estatísticas.

¹⁰ São consideradas áreas de risco os espaços urbanos que não oferecem segurança aos seus ocupantes, que se encontram suscetíveis às instabilidades ocasionadas por fenômenos da natureza, como marés altas e chuvas, causando desabamentos das casas e a exposição dos seus moradores a riscos de vida e perda do local de moradia; no entanto, o termo *risco* deve ser analisado com cuidado, pois, numa situação de remoção de favelas, ele é usado para justificar interesses diversos: o Governo justifica a retirada com o argumento do *risco* e os moradores ficam vulneráveis diante desses argumentos, pois sabem que estão numa área inadequada para moradia. O que não deve ser perdido de vista é a percepção de que uma área de *risco* pode ser destruída, mas também recuperada.

caminho, demonstrou sua popularidade, cumprimentando muitas pessoas por onde passava; escolheu o percurso mais crítico do bairro: pela *beira da praia*, dunas, casas improvisadas, lixões, enfim, áreas de grande vulnerabilidade. No caminho, a interlocutora apresentava a história dos diversos personagens encontrados no caminho: bêbados, drogados, vendedores de droga, assassinos, chefes de gangue etc. A trajetória percorrida comportava trilhas estreitas e improvisadas, entre o lixo, para possibilitar o acesso ao local. Em razão das dificuldades interpostas pelos mediadores sociais para a viabilização da investigação e da angústia vivenciada para ter acesso aos grupos a serem pesquisados, optamos por buscar outros caminhos.

3.1.1 Caminhando por novas trilhas

Com a continuidade da pesquisa e o aprendizado acerca das dificuldades do trabalho de campo, novas trilhas surgiram e decidimos caminhar sem a ajuda de mediadores sociais. Apesar da fama de violência que o bairro possui, a opção por seguir sem o apoio de mediadores à rua Tropical foi um diferencial importante da pesquisa, pois, ao mesmo tempo em que sugeria uma relação de pessoalidade, também indicava uma confiança nas pessoas, ajudando a quebrar a rigidez das fronteiras impostas para o contato entre pesquisadores e os moradores do bairro, ou seja, entre as classes sociais (ZALUAR, 2000).

A *escolha* por procurar as pessoas a serem pesquisadas e andar sozinhas no bairro foi difícil, pois não sabíamos por onde começar. A arte da pesquisa reside na associação das técnicas de pesquisa e criatividade do pesquisador. Não existe um método fechado, as opções se criam e a realidade do campo de investigação sugere as modalidades mais adequadas para sua apreensão. A experiência na chegada do campo demonstrou que, com os mediadores sociais, seria difícil, pois havia um discurso cristalizado permeado de críticas em virtude do elevado número de pesquisas e projetos realizados no bairro.

Assim, foi preciso redefinir rumos e, mais uma vez, observamos as trilhas que o campo indicava. Na época, a imprensa noticiava que o bairro seria alvo de uma forte intervenção governamental com a construção de uma avenida na *beira da praia*, onde residiam famílias pobres com acentuada diversificação nas estruturas familiares e cujas sociabilidades eram pautadas por uma relação de proximidade entre os seus membros. Nesse contexto, a investigação acompanhou a mudança e a socialização das famílias nas novas moradias, num novo espaço construído pelo Governo do Estado.

Para compreender melhor a intervenção, buscamos na Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA) informações oficiais sobre o projeto da via paisagística que previa a remoção das famílias da rua Tropical; bem como uma intensa pesquisa de campo com visitas diárias ao lugar da intervenção estatal. Isto possibilitou trocas de ideias com os moradores e trabalhadores da obra, fazendo-lhes algumas indagações, como: quando e quais famílias vão sair? Quais ruas serão retiradas?

Entre perguntas curiosas e observações constantes, acompanhamos o movimento das famílias mais próximas de saírem do local, dado o avanço da obra. A chegada à rua Tropical¹¹ se deu com uma dica da coordenadora do Projeto Social, que cancelara uma entrevista conosco, pois, segundo ela, precisava ir “mediar um conflito” nessa rua. Assim, já que não obtivemos a entrevista aproveitamos a chance para acompanhá-la ao local. Foi um momento bem oportuno, pois tivemos a oportunidade de conhecer a assistente social que coordenava o processo de remoção das famílias (ela já havia cancelado três entrevistas agendadas) e com isso obter mais informações acerca da mudança. Desde então, acompanhamos com maior frequência o movimento na Rua, até o deslocamento dos seus moradores para o novo lugar.

A Rua era constituída de casas cujas construções foram fincadas na areia da praia. A “beira da praia” do Pirambu é um desses espaços na periferia da cidade de Fortaleza, onde sua população tem uma maneira específica de se organizar como grupo social, nos movimentos sociais, na família, no interior das casas. No local os moradores utilizam as calçadas para conversar, costurar, bordar, jogar damas e dominó. De modo *sui generis*, o local é bem diferente dos espaços litorâneos ao leste da Cidade, destinados a moradia das classes mais abastadas, onde a população não se relaciona de modo tão pessoal como na periferia.

Passávamos as tardes na rua Tropical, geralmente nas calçadas, conversando com os moradores que faziam muitos questionamentos sobre trabalho de pesquisa. Para eles, não era compreensível nossa atuação na Rua, principalmente quando afirmávamos não trabalhar para o Governo do Estado e não receber qualquer remuneração para realizar a investigação. Essa situação ensejava muitas dúvidas e questionamentos, pois para eles não era compreensível o interesse sobre a vida e o destino dos moradores de uma rua construída sobre um terreno “invadido”, que não consta no mapa, ocupada por pessoas

¹¹ Na verdade, já havíamos estado na rua Tropical, mas não no seu centro, até conversado com moradores, mas sem perceber que se tratava de um grupo, devido sua estrutura física em razão de sua estrutura física de se localizar na areia da praia muito próxima ao mar.

em condições de extrema pobreza e que estava em vias de desaparecer da Cidade. E estranhavam nossa presença constante, interessadas em esmiuçar os efeitos da mudança.

Um sábado, depois de uma longa conversa, uma entrevistada sugeriu que tinha um motorista (procedimento comum com os técnicos do governo) a nossa espera ao que lhe foi respondido que transitávamos sozinhas no bairro, informação que causou enorme surpresa na interlocutora. Pelo seu comentário, ficou evidenciado o quanto estranha era nossa presença ali, como eles mesmos diziam: *na favela sozinha*.

Possivelmente a admiração residia no fato de que as pessoas que trabalhavam no bairro andavam sempre em grupos. Com efeito, chamava atenção *mulheres sozinhas pesquisando na favela*, fazendo algo que eles não entendiam, pois não faziam cartão saúde e nem estavam ligadas a nenhum Programa de assistência social do Governo.

Consideramos difícil explicar que a pesquisa era vinculada a uma Universidade Federal e não tinha vínculos diretos com o programa de intervenção dos governos estaduais nem municipais na localidade, inclusive as pessoas não se convenceram disto, mesmo depois de passada a mudança, apesar dos nossos esforços. Aquelas que diziam compreender proposta da pesquisa ficavam ainda mais contrariadas com nossas atitudes, sem entender como escolhemos uma favela para trabalhar e por que *gastava* tanto tempo com eles.

Dentre as situações de incompreensão do papel do pesquisador, destaca-se um comentário do morador de um *barraco*, que, admirado com a circulação de uma de nós *em pleno sábado*, sob o sol escaldante, questionou se não deveria estar na praia em vez da favela.

O mundo universitário não entra no horizonte de possibilidades dos moradores, pelo menos no sentido do saber acadêmico distante das soluções pragmáticas. Na verdade, é preciso uma capacidade de abstração para entender por que uma pessoa *bem parecida* vai à favela, *não recebe nem dinheiro e não vai dar nada a ninguém*.

3.1.2 As trocas na relação pesquisador/pesquisado

Como indicado anteriormente, a observação ocorreu em meio a um processo de mudança física e social. Os sujeitos sociais e o lugar estavam diariamente mudando com a intervenção estatal. E no meio dessa dinâmica nos encontrávamos - pessoas que não davam opinião, não pertenciam ao corpo de técnicos do Governo, nada faziam para ajudar, mas que, cotidianamente, visitavam suas calçadas e casas – sempre perguntando

e nada resolvendo. Enfim, questionaram os moradores: Para que serve mesmo tudo que vocês escrevem, para onde vai? E acrescentavam: Serve ao menos para nos ajudar em alguma coisa? Esse era o nosso dilema cotidiano, pois estávamos no meio de uma situação de mudança e só escrevíamos, em vez de intervirmos, como era a expectativa dos informantes.

Para melhor compreensão desse impasse expresso na pesquisa de campo, na relação entre pesquisador e informante, é salutar uma incursão a Geertz (2001), que toma a ação do pesquisador em campo como um ato moral, evidenciando a questão ética que perpassa a interação informante-pesquisador. Para Geertz (2001), o pesquisador volta moralmente ao nível do escambo; ele obtém dos informantes os subsídios necessários para a elaboração da sua pesquisa e os informantes esperam uma contrapartida do pesquisador. Ele sabe não poder atendê-los, a não ser nas pequenas trocas, aproveitando-se da falta de condições materiais dos informantes, o que foi feito nesta investigação, ou seja, a troca de fotos por informações, o que para os moradores foi significativo, como lembrança do lugar. Os anseios mais profundos, no entanto, seriam: ajuda para o recebimento das indenizações, para o recebimento das novas casas, nos impasses sobre o momento para a desocupação dos imóveis, infelizmente não podíamos intervir.

Nesse tipo de trabalho atuamos em meio a pessoas necessitadas que esperam melhorias radicais em suas condições de vida, melhorias que não parecem propriamente iminentes; além disso, somos os típicos benfeitores capazes de trazer exatamente as melhorias que eles buscam, obrigados também a pedir a sua caridade e, o que é quase pior, obtendo-a (GEERTZ, 2000, p. 39).

Assim, na impossibilidade de intervir nas demandas dos moradores, nos restou a oferta de fotografias do local, das casas e das pessoas, que foram reveladas em duplicidade e doadas aos protagonistas do registro em troca do direito de utilizá-las no trabalho e para angariar a simpatia das pessoas, sugerindo uma relação de proximidade, como refere Geertz(2001), criando uma *ficção* que não se confunde com falsidade, mas com o objetivo de viabilizar a pesquisa.

No total, foram 182 registros fotográficos durante a investigação, das quais 127 teve como tema a problemática das famílias transferidas para viabilizar a consecução do Projeto Costa Oeste. As fotografias fizeram parte da narrativa, na ilustração de momentos de pesquisa, considerando a importância da representação imagética para uma situação de mobilidade espacial.

A escolha por fotografias como técnica de pesquisa se deu inicialmente como uma tentativa de registro do cotidiano dos moradores que viviam numa situação de mudança

em que constantemente o panorama era modificado. Para tanto, foi solicitada a autorização para fotografar as pessoas e os espaços privados, respeitando as vontades individuais de escolha das roupas e do lugar da casa a ser registrado.

A fotografia é uma oportunidade de relembrar um momento. Para os moradores desse logradouro, os registros tiveram significação especial, pois, para a maioria, aquela era a maneira única de guardar recordações materiais do local, embora saibamos da limitação da fotografia já que “[...]ela repete mecanicamente o que nunca poderá repetir-se essencialmente” (BARTHES, 1984, p. 13). No caso analisado, no entanto, mesmo sendo um registro objetivo, teve sua contribuição, já que traduzia a transformação do espaço que ia se alterando diariamente.

Além do aspecto de registro material da alteração do espaço, não podemos deixar de mencionar do papel crucial das fotos para o estabelecimento de uma relação de proximidade com os moradores. Ela constituiu-se em uma *dádiva* (MAUSS, 1974, pois suscitou uma troca não somente material, mas essencialmente simbólica, portanto à medida que oferecíamos a dádiva, inclusive confiando o equipamento fotográfico para os moradores decidirem os ângulos, os enfoques, mais se estabelecia uma relação de solidariedade.

O cotidiano da rua Tropical vinculava-se diretamente ao Projeto Costa Oeste, o qual mudou a vida das pessoas, as casas, os vizinhos, o lazer, o local das conversas na calçada no fim da tarde, o jogo de bola na areia da praia na maré baixa, a opção da pesca para a sobrevivência e as festas no fim de ano. Nos detalhes, a mobilidade espacial dá o tom da sociabilidade do local no momento em que as famílias vivem a angústia da espera; espera das indenizações, a dúvida em aceitar morar em casas de aluguel pagas pelo governo antes da finalização das casas do Conjunto que seriam permutadas; de saber para onde iam; como iam viver, em qual local. Os anseios que geravam dúvidas e incertezas sobre o presente e o amanhã se tornaram fatores de *sociação*¹² (SIMMEL, 1983) entre os moradores, que comumente se divertiam com o assunto indagando uns aos outros. *E aí, onde tu vai morar? E tu, vai pras casas de aluguel?*

¹²As pessoas se dissociam ou se associam a outras por compartilhar interesses e necessidades em comum. Para Simmel (1983), sociabilidade se faz pela mediação da *sociação*. As pessoas estão ligadas por fatores de *sociação* – que podem ser fome, amor, trabalho, etc., desde que se refiram a outros, ocasionando uma interação que os faz formarem uma unidade baseada em intuições, interesses e ideais comuns. O principal fator de ligação dos moradores naquele período era mudança que ensejava sociabilidades e conflitos. Ainda na perspectiva analítica de Simmel, os conflitos têm caráter positivo no valor de constituir unidade. “Lo que en esta vida aparece inmediatamente como disociación, es, en realidad, una de las formas elementales de socialización” (1986, p. 271). A noção de conflito é utilizada como referência em razão do caráter agregador que Simmel lhe confere.

Para ensinar um estado de descontração, alguém levantava algum questionamento sobre a *mudança* e começava a fluir o assunto, que praticamente era o único entre os moradores. Mesmo quando abordavam outras questões, como a política - 2002 foi um ano eleitoral - o novo assunto só funcionava como um gancho para se voltar ao mesmo ponto - *sim, mas todo ano de política aparece gente aqui, dizendo que nós vamos sair....*

É certo que a população não poderia falar em outra coisa, pois suas vidas estavam paradas no tempo à espera de decisões de terceiros para proeseguirem num *rumo* desconhecido. Essa tensão vivenciada pelos moradores, associada a não compreensão do sentido da referida pesquisa de campo, ensejou especulações em torno do nosso real interesse na situação analisada (PRADO; BRAZ, 2016).

3.1.3 A espia do Cambéba¹³

Nossa ida constante àquela rua e a falta de clareza acerca do significado do nosso trabalho ensejaram especulações por parte dos moradores. Uma das mais emblemáticas foi a denominação de *espia do Cambéba* (a uma de nós), a qual se revelou em uma entrevista com uma família numa das casas da rua. Os moradores residiam em uma casa cedida, e, assim, teriam direito a uma casa no Conjunto Habitacional. O homem questionou: *Mas pra que é mesmo esse teu trabalho? Pra quê serve?* Ao longo da pesquisa, era fato que a resposta mais adequada e compreensível era afirmar que era trabalho de pesquisa da Universidade e que serviria como um registro histórico da existência daquela Rua, que desapareceria num futuro próximo.

O informante ficou satisfeito com a resposta, compreendeu parcialmente a natureza do trabalho e justificou suas indagações antes de responder às perguntas da pesquisa. *É porque tão dizendo que você é espia do Cambéba.* Apesar do medo da incompreensão dos moradores sobre o papel da pesquisa, voltamos ao campo dois dias depois atentas a esse comentário e ao que ele poderia revelar à pesquisa. As respostas apareceram com o tempo.

Foram buscados indícios para compreender os receios da comunidade, ou melhor, de alguns moradores com base no *paradigma indiciário* (GINZBURG, 1989) que busca nos resíduos, nos traços, ou melhor, nos detalhes que se repetem, os indícios para que, com base neles, possam emergir pistas no sentido de desvendar os significados do

¹³ Cambéba é um bairro de Fortaleza onde se localiza o Centro Administrativo do Ceará – sede do Governo e suas secretarias. Para os moradores da rua Tropical, o *Cambéba* era sinônimo de Governo do Estado.

real. Com suporte nesta posição, observamos que somente algumas pessoas tinham conhecimento desse fato e que em grande parte estavam ligadas a uma rede de parentesco¹⁴ que representavam sete moradias na Rua. O mais interessante foi buscar a ligação entre o medo da *espiã* com esse grupo, pois foi descoberto o fato de que alguns deles haviam fornecido informações incorretas aos técnicos do Governo para acumular o direito de receber indenização e um imóvel por uma mesma família. Efetivamente, a família se protegia e temia a interferência de observadores que pudessem atrapalhar os planos de se beneficiarem com a mudança.

Pela descrição, pode parecer fácil desvendar esses mistérios, mas, na verdade, demandou tempo e foi preciso ganhar a confiança de algumas pessoas, como também aceitar a *manipulação* de outras. As informações foram propiciadas pela cumplicidade com alguns moradores, estabelecida, principalmente, pela doação das fotografias das famílias e casas. Passamos a merecer a gratidão de muitas pessoas que, ao receberem as fotos de presente, pediam a Deus pela nossa saúde e felicidade, de maneira muito carinhosa.

O artesanato da pesquisa é difícil, pois nele se alternam momentos de grande aprendizado e satisfação com medos e desapontamentos. Como exemplo de desapontamento, lembramos que, apesar de estabelecermos uma relação de proximidade com os moradores, não podemos participar do momento final da mudança. Nossa permanência no local cessou nossa rotina mais intensa nos dias que antecederam a mudança em razão da ameaça de paralisação das obras que os jornais noticiavam. Assim, decidimos acompanhar o processo judicial pela mídia e buscamos dados sobre o evento no Ministério Público.

Conforme o jornal, “Procurador pede paralisação de obras” (*O Povo* 21/09/2002). Na semana seguinte, dia 26/09/2003, o burburinho dos técnicos da obra e dos moradores tinha como tema a paralisação dos trabalhos em virtude de um processo encaminhado ao Ministério Público Federal¹⁵ pela Procuradoria Geral da República no Ceará, ou seja, uma medida liminar solicitando a interrupção imediata das obras, sob a alegação de que a licença ambiental para construção deveria ser do Instituto Brasileiro do

¹⁴ Estavam todas ligadas a laços de parentescos por consanguinidade e afinidade. Em sete residências havia parentes.

¹⁵ O processo do Ministério Público possibilitou o acesso a vários documentos de que a pesquisa precisava: o contrato de cessão do terreno firmado entre a União e o Governo do Estado e a ata de aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, entre outros.

Meio Ambiente (IBAMA) e não da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

No documento emitido pelo Ministério Público, estavam referidas todas as irregularidades que justificavam o embargo. Vale ressaltar que as testemunhas arroladas no processo foram os mesmos personagens da nossa pesquisa. Durante o período do impasse jurídico, que paralisou a obra, optamos por acompanhar o processo no Ministério Público para a análise dos documentos e clareamento dos reais motivos do embargo. Assim, no dia da mudança, estávamos analisando documentos no referido órgão, somente retornando ao local dois dias após a permuta.

Quando chegamos à Rua, o momento tão esperado da “mudança” havia acontecido e não fomos avisadas, mesmo tendo deixado os contatos com uma das informantes da pesquisa. A desolação e tristeza de perder o momento crucial da pesquisa foram narradas em quatro páginas de um diário de campo. Esse foi o pior momento da pesquisa, superando até o medo de morrer quando do episódio de suspeição acerca da *espiã do Cambeba*. A mudança aconteceu mesmo com as obras da avenida paralisadas, as quais só foram reiniciadas oito meses depois.

Um dia antes da transferência, os moradores foram avisados de que às 7 horas da manhã seguinte, o caminhão da mudança estaria disponível. Passaram, então, a noite arrumando seus pertences para o dia seguinte. A remoção das famílias foi inesperada para os moradores, pois acompanhavam as obras das casas do conjunto habitacional e sabiam que as obras não estavam concluídas e ainda havia negociações de indenizações pendentes.

Os moradores da rua Tropical foram transferidos para as casas de “mutirão”¹⁶ mesmo sem terem sido concluídas as instalações elétricas e hidráulicas (faltavam pias, aparelhos sanitários e lavanderias), além do calçamento das ruas. Assim, as famílias “cederam” o espaço para concretização de um projeto de urbanização que se propõe, segundo o discurso governamental, “integrar os bairros de Fortaleza”.

A análise da Rua possibilitou o entendimento sobre a visão que os moradores de *áreas de risco* têm da Cidade. Nas entrelinhas das falas, surge uma percepção muito clara da Cidade, dividida entre *ricos e pobres*, dos direitos sociais, dos investimentos internacionais, da especulação imobiliária, do *status* do mar na Cidade e muito mais. Os

¹⁶ Os moradores se referiam às casas do Conjunto Tropical como casas de mutirão. Apesar de as casas não serem construídas nesse regime, elas seguem o mesmo padrão estrutural dessas, com 32m² e são compostas de sala, quarto, cozinha e banheiro para o lado de fora da casa.

moradores criam categorias próprias, que Geertz (2000) chama de categorias nativas¹⁷ para expressar sua condição na sociedade.

Com apoio na noção de lugar, de moradia, de pobreza, estar em *área de risco*, os moradores interpretam o seu lugar na Cidade quando faziam uma distinção entre Beira-Mar e *beira da praia*, pois estavam denotando a percepção de uma cidade dual. Em muitas falas, havia a indignação em serem preteridos para beneficiar *os ricos* e o questionamento acerca do motivo de não os deixarem lá para serem beneficiados pela intervenção urbana, denunciando que o lugar seria favorecido por equipamentos urbanos e, durante os 12 anos em que lá estiveram, não foram merecedores, demonstrando suas percepções de direitos dentro da cidade desigual.

A transferência compulsória das famílias ocasionou uma mudança social que não se restringiu a um deslocamento geográfico de um espaço para outro. Desse modo, não se analisou a remoção das famílias apenas pelo aspecto físico, mas especialmente pelo prisma social, nas mudanças que ocorreram no tipo de moradia, vizinhança, padrões de higiene, relações comerciais, lazer etc. Percepções como essas dificilmente aparecem em questionários ou estatísticas, pois são subjetividades que, para serem compreendidas, demandam uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa.

4 Conclusões

Assim, o estudo concluiu que o campo é propulsor de muitas possibilidades de conhecer o real e apreendê-lo em suas singularidades e generalidades. As percepções de vida e trabalho cotidiano, quando observados com as lentes da pesquisa, são reveladoras e permitem realizar interpretações coadunadas com a realidade dos fatos vividos.

A história dessas famílias e da construção da avenida recorta a memória do bairro, os processos de expulsão e resistência que tiveram como protagonistas os movimentos sociais e as relações políticas dos governos com os moradores. Passa também pela história da cidade que tem redefinido seus espaços urbanos para se adequar aos investimentos imobiliários, fazendo com que se criem espaços para exploração do capital, induzindo, assim, à constituição de conflitos e modos de sociabilidade.

A escolha por uma pesquisa qualitativa com interação direta e criação de um vínculo entre pesquisadores e narradores proporcionou uma relação entre as partes, que

¹⁷ A pesquisa buscou compreender o sentido que as expressões – mudança, Cambeba, beira da praia, lugar de pobre, lugar de rico, barraca e barraco representavam para os moradores.

permitiu desvelar segredos e relações que não seriam captados sem a criação de uma empatia. A rua é um espaço livre para todos, seja pesquisador ou morador; nela, todos podem interagir e criar laços que não se constituiriam em espaços fechados. Da rua para dentro das casas e para a intimidade das famílias, foi um rápido percurso que ensejou um olhar de “dentro”, analisando como as pessoas se situavam naquele processo de intervenção urbana. Nas cozinhas das casas, as conversas regadas a um bom cafezinho revelaram fatos que não seriam ditos para fins de registros oficiais. A permanência na rua, a atitude de irmos sozinhas e as vivências no campo produziram uma interação que potencializou os resultados da pesquisa.

Nossa presença cotidiana no campo foi o diferencial da pesquisa e o fator que possibilitou a leitura de um processo de mobilidade urbana com base nas percepções dos moradores atingidos pelas modificações na Cidade. Assim, as conversas informais e entrevistas deram voz a essas pessoas que puderam demonstrar suas visões, acerca da mudança, permeadas por medos, ameaças e incertezas.

A investigação foi realizada numa perspectiva eminentemente qualitativa considerando sempre as sugestões advindas da interação com o campo de pesquisa, com uma atuação marcada pelo *fazer* etnográfico possibilitado pela proximidade entre o sujeito e objeto.

Os moradores das periferias urbanas percebem desigualmente a cidade, na qual os pobres são preteridos do direito a ela, enquanto os ricos são beneficiados. Num contexto de mudança como esse, emergem situações complexas de: indignação e medo, revolta e resistência, saudade e dor. Perceber o influxo que a mudança causou na vida dos moradores foi o grande desafio da pesquisa, ao constatar que tudo se condensava na história de uma rua, como muitas ruas de outros bairros, cidades... Muitos espaços urbanos têm populações vivendo em “áreas de risco” e que são removidas com base em intervenções governamentais. É comum nestas ações o clamor dos atingidos para a fruição dos “benefícios da cidade”, pois normalmente são afastados destes espaços para dar lugar a empreendimentos modernos. Assim, este trabalho oferece pistas para novas análises das trajetórias urbanas.

A riqueza deste estudo residiu no recorte feito, na eleição da abordagem qualitativa, que propiciou descrever densamente as práticas cotidianas de famílias em situação de mobilidade urbana e pobreza.

Referências

- BARTHES, R. **A Câmara Clara**: nota sobre a fotografia. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DA MATTA, R. **Relativizando**: Uma Introdução à Antropologia Social. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, C. **O saber local**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GEERTZ, C. **Nova Luz sobre a Antropologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e sinais**. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. 1. ed. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- PRADO, A. I. S.; BRAZ, M. M. A. Pesquisa qualitativa na apreensão da mobilidade urbana: o campo de pesquisa como ponto de partida para uma investigação etnográfica. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA - INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 5., 2016, Porto. **Atas do...** Porto: Ludomedia, 2016. Disponível em: <
<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/992> >. Acesso em: 05 fev. 2017.
- PROCURADOR PEDE PARALISAÇÃO DE OBRAS. **Jornal O Povo**. Fortaleza. 21 set. 2002.
- MORAES FILHO, E. **Simmel**. Grandes Cientistas Sociais. 1ª. Ed. São Paulo: Ática, 1983.
- SIMMEL, G. (**Sociologia 1**). 1. ed. Madri: Alianza Editorial, 1986.
- WEBER, M. **Ciência Política – Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970.
- ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Recebido em: 29 de março de 2017.

Aceito em: 19 de maio de 2017.